



RESOL-VII/031

157.ª reunião plenária de 9, 10 e 11 de outubro de 2023

PROJETO DE RESOLUÇÃO URGENTE

Adoção da Resolução – Estado das regiões e dos municípios da União Europeia em 2023 e propostas tendo em vista a próxima Agenda Estratégica da UE para 2024-2029

Apresentado pelos Grupos Políticos do PPE, do PSE, Renew Europe, da AE e dos Verdes

Prazo de apresentação das alterações: 10 de outubro de 2023, até às 16 horas (hora de Bruxelas).

As propostas de alteração devem ser apresentadas preferencialmente em inglês, francês ou alemão, através da ferramenta em linha (disponível no Portal dos Membros: <https://mempportal.cor.europa.eu>).

Os membros têm à sua disposição um serviço de assistência informática (*Helpdesk* – Tel.: +32 (0)2 546 96 97; correio eletrónico: helpdesk@cor.europa.eu) para qualquer tipo de questão. Está disponível um guia do utilizador em <https://mempportal.cor.europa.eu/>.

Resolução urgente apresentada em conformidade com o artigo 45.º, n.º 3, alínea b), do Regimento, para debate no segundo dia da plenária, em 11 de outubro de 2023. A suprimir da ordem do dia da reunião plenária caso não obtenha aprovação da Mesa em 9 de outubro de 2023.

Número de assinaturas exigido: 6

Projeto de resolução – Estado das regiões e dos municípios da União Europeia em 2023 e propostas tendo em vista a próxima Agenda Estratégica da UE para 2024-2029

O COMITÉ DAS REGIÕES EUROPEU (CR),

TENDO EM CONTA:

- o seu relatório anual de 2023 sobre o estado das regiões e dos municípios, completado por um inquérito junto dos representantes eleitos a nível local e regional, que fornece aos decisores políticos a nível europeu, nacional, regional e local dados e recomendações fundamentais sobre os desafios mais prementes na perspetiva da próxima Agenda Estratégica para 2024-2029¹,
- o discurso sobre o estado da União de 2023, proferido pela presidente da Comissão Europeia em 13 de setembro de 2023, e a carta de intenções dirigida aos presidentes do Parlamento Europeu e do Conselho,

CONSIDERANDO QUE

- o impacto da guerra na Ucrânia exerce grande pressão sobre muitos agregados familiares, pequenas e médias empresas e governos locais e regionais na União Europeia (UE) devido às tensões adicionais consideráveis causadas pelos preços da energia e dos alimentos e pelo aumento da inflação, que se somam ao impacto das alterações climáticas, às consequências da pandemia de COVID-19, às perturbações do comércio e às desigualdades sociais,
- A.** apresenta as **recomendações do CR decorrentes do Relatório anual da UE de 2023 sobre o estado das regiões e dos municípios** para o próximo mandato legislativo da UE:

As regiões e os municípios na gestão das crises

Solidariedade com a Ucrânia

1. insta a União Europeia a prosseguir e a reforçar o apoio à Ucrânia e a utilizar o potencial, as capacidades e a perícia das suas regiões e municípios para a reconstrução, as reformas, nomeadamente de descentralização, e a integração europeia da Ucrânia. Para o efeito, o Mecanismo para a Ucrânia deve aplicar os princípios fundamentais da política regional da UE e disponibilizar o financiamento necessário para reforçar as capacidades e executar projetos entre pares ao nível dos órgãos de poder local e regional;
2. frisa que a Aliança Europeia dos Municípios e Regiões para a Reconstrução da Ucrânia, coordenada pelo CR, é essencial para reforçar as capacidades locais e regionais na Ucrânia, promover a cooperação entre pares, ajudar os órgãos de poder local da Ucrânia a familiarizarem-se com o acervo da UE e aconselhar sobre a aplicação do processo de descentralização;

¹

<https://cor.europa.eu/pt/our-work/Pages/State-of-Regions-and-Cities-2023.aspx>.

3. apela para que seja concedido mais apoio direto aos órgãos de poder local e regional da União Europeia, a fim de ajudar as cidades e regiões europeias que acolhem refugiados ucranianos a gerir a sua integração e a prestar serviços, principalmente em matéria de cuidados médicos, educação e emprego;

Transição energética

4. salienta que a transição energética da UE conduzirá à autonomia energética, com base principalmente na energia verde produzida e consumida localmente. Por conseguinte, os órgãos de poder local e regional e os seus representantes eleitos são catalisadores e aceleradores fundamentais para o êxito da transição ecológica no terreno, devendo ser plenamente associados, enquanto parceiros, para facultar a realização de consultas e de atividades de sensibilização a nível local; assinala que está a facilitar a transição energética através da sua iniciativa do Pacto Ecológico a Nível Local e da sua cooperação com o Pacto de Autarcas;
5. solicita que as regiões e os municípios recebam apoio e investimentos adicionais da UE sob a forma de instrumentos de financiamento específicos, incluindo fundos diretos, para fomentar a inovação sustentável. Esse apoio deve ter por base a iniciativa REPowerEU, que visa melhorar a eficiência energética, implantar energias renováveis, desenvolver redes inteligentes e impulsionar a economia circular, fomentando assim a produção e o consumo de energia a nível local e reforçando a autonomia energética da UE;

Ação climática

6. insta a Comissão Europeia a apoiar a adoção das boas práticas locais inventariadas no Manual do Pacto Ecológico a Nível Local do CR², uma vez que as consequências das alterações climáticas agravarão as desigualdades existentes entre as regiões, devido ao seu impacto assimétrico em populações diferentes, aos danos causados a infraestruturas críticas e à perturbação do turismo, dos polos industriais e da produção agrícola; assinala, a este respeito, que os órgãos de poder local e regional são intervenientes na luta contra as alterações climáticas, sendo os principais responsáveis pelas ações locais destinadas a atenuar os impactos negativos do aumento das temperaturas mundiais;
7. insiste em que a transição climática deve ser justa e equitativa, não deixando regiões nem pessoas para trás; exorta a Comissão Europeia a reforçar os seus mecanismos de solidariedade e coesão, a fim de permitir que as regiões e os municípios aumentem os investimentos na adaptação e resiliência às alterações climáticas e evitar que os territórios mais vulneráveis e os grupos sociais vulneráveis sejam os mais afetados. Para proteger as suas regiões dos impactos nocivos das alterações climáticas, a UE teria de investir cerca de 40 mil milhões de euros por ano, isto se a temperatura mundial não ultrapassar 1,5 °C;

² <https://cor.europa.eu/pt/engage/Pages/Green-Deal-Handbook.aspx>.

8. salienta que se associou ao Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia para promover a utilização do painel de indicadores de vulnerabilidade regional e local face a catástrofes e riscos das alterações climáticas e espera que esse painel passe a ser um parâmetro das estratégias de resiliência e que seja tido em conta na conceção da política de coesão;

Segurança alimentar

9. insta a Comissão a publicar sem demora o quadro legislativo para sistemas alimentares sustentáveis; assinala, neste contexto, a necessidade urgente de a Europa continuar a investir na produção agrícola local sustentável e de encurtar as suas cadeias de abastecimento. A fim de aumentar a segurança e a resiliência alimentar, é fundamental privilegiar a produção local, adquirir produtos sustentáveis e transitar para sistemas alimentares sustentáveis.
10. salienta que, juntamente com a Comissão Europeia, lançou os prémios europeus da produção biológica justamente para promover a produção local sustentável nas regiões da UE;
11. está disponível para contribuir para a nova iniciativa anunciada em matéria de resiliência hídrica e apela para uma abordagem estratégica que ajude as regiões a combater a seca e a gerir a escassez de água, com base nas experiências regionais existentes para reduzir o consumo, aumentar a reutilização e tratar as águas residuais;

As regiões e os municípios enquanto agentes do desenvolvimento sustentável e da coesão

O Pacto Ecológico Europeu e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

12. insta a Comissão Europeia e os legisladores a finalizarem a aplicação do Pacto Ecológico Europeu através da adoção, até ao final do atual mandato, das propostas legislativas decisivas relativas aos pesticidas, à restauração da natureza, às sementes, ao bem-estar animal e ao quadro legislativo para sistemas alimentares sustentáveis;
13. salienta o papel central das regiões e dos municípios na aplicação bem-sucedida das políticas do Pacto Ecológico Europeu e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas;
14. insta a UE a proporcionar um quadro coerente e consolidado para o crescimento sustentável, alinhando as estratégias climática, social e de sustentabilidade, e a colmatar as lacunas financeiras, processuais e em matéria de conhecimentos especializados, proporcionando financiamento direto e orientações concretas, bem como incentivando uma orçamentação ecológica e participativa e dando maior destaque a uma coordenação eficiente, à flexibilidade, à simplificação, à transparência e a uma comunicação mais eficaz;
15. realça que a iniciativa do Pacto Ecológico a Nível Local do CR pode servir de modelo para uma participação mais eficaz das regiões e dos municípios nesses esforços e insta as outras instituições a criarem mais sinergias com o CR nesse domínio;

Transições ecológica e digital

16. assinala que as transições ecológica e digital colocam desafios existenciais a muitas regiões e municípios europeus; sublinha que é indispensável que as regiões e os municípios participem na

governança de atos legislativos recentes da UE, como o Regulamento Matérias-Primas Críticas e o Regulamento Indústria de Impacto Zero; exorta a UE a convidar o CR a ser membro dos órgãos de governança e de acompanhamento desses regulamentos;

17. destaca o valor das alianças regionais existentes e emergentes que apoiam as regiões em mudança transformadora, como a Aliança das Regiões do Setor Automóvel, criada pelo CR, e a Aliança Europeia das Regiões de Semicondutores; salienta que os legisladores europeus consideraram, na legislação pertinente, a Aliança das Regiões do Setor Automóvel como o parceiro fundamental da Comissão Europeia para uma estratégia de transição justa nas regiões caracterizadas por um forte setor industrial de produção automóvel e de componentes para automóveis;
18. insta a UE a intensificar os esforços para aumentar a resiliência digital das administrações públicas, nomeadamente a nível infranacional, por exemplo, através da realização de campanhas de sensibilização para as ciberameaças dirigidas aos representantes locais e regionais. Este aspeto é de grande importância, uma vez que os órgãos de poder local e regional da UE se tornaram os principais alvos dos ciberataques, conduzindo ao encerramento temporário de infraestruturas públicas cruciais e a consequências dramáticas para os seus cidadãos; lamenta que muitas regiões e municípios careçam de conhecimentos, recursos financeiros e capacidades organizacionais suficientes para reforçar a resiliência digital;

O futuro da política de coesão

19. assinala que a política de coesão, enquanto investimento a longo prazo, desempenha um papel crucial para colmatar eficazmente o fosso de desenvolvimento entre as regiões, contribui para um melhor desempenho do mercado único e ajuda a combater a geografia do descontentamento;
20. insta a UE a continuar a desenvolver uma política de coesão de base local forte, suscetível de apoiar todos os territórios e todas as pessoas na UE. Deve aplicar o princípio de «não prejudicar a coesão» em todas as políticas e iniciativas europeias através da realização de avaliações do impacto territorial abrangentes;
21. lamenta que o novo Regulamento STEP e as propostas de revisão do quadro financeiro plurianual (QFP) reforcem os instrumentos da UE cuja gestão é centralizada sem prever um reforço do orçamento para a política de coesão; sublinha que a Aliança pela Coesão, criada pelo CR em conjunto com as principais associações territoriais europeias, servirá de plataforma de debate e de intercâmbio, para que as instituições da UE possam dialogar com os municípios e as regiões;

A agenda rural

22. alerta para o facto de que, até 2033, se estima que 30 milhões de pessoas tenham saído das zonas rurais da Europa, tendo como referência os dados de 1993, e salienta que os jovens e as famílias abandonam as zonas rurais devido à falta de emprego e de serviços públicos, como escolas, hospitais, transportes públicos e conectividade digital;

23. insta a UE a investir mais nas zonas rurais, uma vez que estas contribuem de forma significativa para a sua transição ecológica em domínios como a produção de energias renováveis, a alimentação sustentável e a preservação e restauração da natureza;
24. sublinha a necessidade de a próxima geração de programas no âmbito da política de coesão e dos planos de recuperação e resiliência impulsionar os investimentos e as reformas para reduzir a estagnação do desenvolvimento de talentos nas regiões da UE, diversificar as perspetivas económicas para os jovens e assegurar o bem-estar económico e social das comunidades rurais;

As regiões e os municípios moldam o futuro da Europa

Democracia europeia

25. salienta que os 1,2 milhões de representantes locais e regionais ocupam uma posição única para promover e defender a democracia europeia, uma vez que representam o nível político em que os seus concidadãos depositam maior confiança; ao mesmo tempo, esses representantes são os mais expostos ao descontentamento crescente e assistem a um aumento dos fenómenos de discurso de ódio e de violência física e ciberviolência perpetrados contra eles, em especial contra as mulheres políticas e os membros de minorias; neste contexto, insiste na promoção do legado de Paweł Adamowicz, presidente de município, em defesa da democracia local e reafirma o seu empenho em partilhar esse legado através do Prémio Paweł Adamowicz;
26. reitera que mais de 70% da legislação da UE é aplicada pelos órgãos de poder local e regional e que, por conseguinte, esses órgãos estão bem posicionados para fornecer informações concretas sobre as políticas europeias, pelo que é imperativo que participem de forma acrescida e mais eficaz na elaboração de políticas e no processo de decisão da UE;
27. insta a UE a incluir sistematicamente representantes locais e regionais e o CR no mecanismo de diálogo entre os cidadãos e as instituições da UE, na sequência da Conferência sobre o Futuro da Europa, e a promover os valores europeus e a participação dos cidadãos a nível regional e local, apoiando projetos concretos, tomando como exemplo as boas práticas enumeradas na base de dados sobre a promoção dos valores da UE através da educação e da cultura³;
28. salienta que o Programa Jovens Políticos Eleitos do CR e a sua Rede Europeia de Conselheiros Regionais e Locais podem reforçar a ligação entre as instituições da UE e as comunidades locais, incentivar a participação dos jovens, combater a desinformação e fornecer informações úteis aos decisores políticos a nível da UE;

Alargamento da União

29. salienta que as regiões e os municípios da UE podem proporcionar apoio com valor acrescentado ao processo de alargamento da UE, ao prestarem apoio político e prático aos órgãos de poder local e regional dos países candidatos e potencialmente candidatos à adesão à UE, por exemplo, através da cooperação entre pares;

³

<https://cor.europa.eu/pt/regions/Pages/EIR-map.aspx?view=stories&type=sedec>.

30. assinala que se tornou evidente nas anteriores rondas de alargamento que a descentralização e a participação dos órgãos de poder local e regional na preparação para a adesão à UE são fundamentais para o seu êxito;
 31. defende o reforço da cooperação transfronteiriça com os órgãos de poder local e regional vizinhos; frisa que o CR pode desempenhar um papel específico para ajudar os órgãos de poder local e regional dos países candidatos e potencialmente candidatos à UE a prepararem-se para a adesão e a combater o cansaço cada vez mais presente em relação ao alargamento;
- B. apresenta as seguintes recomendações tendo em vista o próximo ciclo político da UE e a futura Agenda Estratégica da UE para 2024-2029:**
32. salienta que, durante a legislatura em curso, os órgãos de poder local e regional asseguraram a robustez do tecido democrático da nossa União e geriram no terreno a resposta da UE a crises graves, como a COVID-19, as alterações climáticas e o impacto da guerra na Ucrânia, liderando simultaneamente a trajetória sustentável e coesa rumo às transições ecológica e digital;
 33. saúda o facto de a Comissão ter anunciado a apresentação de várias análises políticas, nomeadamente sobre o alargamento da UE (a apresentar sob a Presidência belga); insta a Comissão a envolver, numa fase precoce, o CR e os órgãos de poder local e regional na preparação dessas análises políticas;
 34. solicita à Comissão Europeia que associe todos os níveis de governo à elaboração da futura Agenda Estratégica para 2024-2029, a fim de assegurar a mobilização da base para o topo de todas as ideias e recursos disponíveis que a nossa União pode fornecer para enfrentar os principais desafios que se avizinham;
 35. insiste igualmente em que a União Europeia deve reforçar a sua posição proativa em relação às principais tendências e mudanças mundiais, reforçando ainda mais a cooperação entre as autoridades responsáveis a nível local, regional, nacional e europeu no que diz respeito aos esforços de prospetiva estratégica e de preparação. Tal contribuirá para definir a Agenda Estratégica da UE para 2024-2029, assegurando a sua resiliência face a cenários em rápida evolução;
 36. destaca a necessidade de continuar a investir na via do desenvolvimento sustentável e reitera que o Pacto Ecológico Europeu e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são os elementos essenciais que norteiam a definição das prioridades para os próximos cinco anos;
 37. realça que a coesão económica, social e territorial é, mais do que nunca, uma condição prévia para o futuro da Europa; assinala o valor acrescentado da coesão enquanto valor fundamental e objetivo transversal da UE; apela para que se coloque a coesão no centro da nova Agenda Estratégica para 2024-2029, a fim de evitar que as alterações climáticas conduzam a um aumento das disparidades entre as regiões e limitar o desinteresse e o descontentamento a longo prazo;

38. sublinha que o crescimento sustentável e a prosperidade económica no mercado único da UE dependem da competitividade da base industrial europeia, da sua capacidade para liderar as mudanças tecnológicas e da resiliência das suas cadeias de valor; insta, neste contexto, a UE a assegurar que os principais polos industriais e setores sensíveis, como a alimentação, a saúde, a indústria automóvel, os produtos químicos, os têxteis, a energia e o digital, possam funcionar num quadro regulamentar propício que lhes permita prosseguir a atividade na UE e competir nos mercados internacionais;
39. apela para que a futura Europa Global assente numa parceria mais forte com os órgãos de poder local e regional, que estão a tornar-se intervenientes mundiais incontestáveis em muitos setores; a este respeito, apela veementemente para uma maior participação dos governos infranacionais não só em fóruns políticos multilaterais, como os da ONU, mas também no contexto das parcerias estratégicas da UE, através de um maior apoio às plataformas de cooperação com municípios e regiões de outros continentes;
40. sublinha a necessidade crescente de preparação sistémica para crises humanitárias mais frequentes ligadas ao clima ou a outras catástrofes naturais na UE e em todo o mundo; destaca o papel fundamental que as regiões e os municípios desempenham para tornar a Europa um defensor da solidariedade, também a nível mundial; insta a UE a reforçar as parcerias estratégicas e a proporcionar um quadro que melhore a preparação para situações de emergência e a capacidade de resposta da UE a todos os níveis de governo;
41. alerta para o facto de a nossa União necessitar de recursos orçamentais proporcionais ao nível das ambições internas e mundiais declaradas na futura Agenda Estratégica para 2024-2029, coadunando-se também com a preparação da União para a próxima década; salienta a necessidade de garantir níveis de investimento suficientes para permitir que todas as regiões adiram às transições ecológica, digital, industrial, societal e demográfica; defende o reforço dos mecanismos orçamentais da UE necessários para fazer face a crises e emergências imprevisíveis de uma forma coordenada e solidária; insta a UE a realizar uma avaliação exaustiva do impacto a longo prazo estimado da guerra russa contra a Ucrânia no orçamento da UE;
42. observa que os cidadãos europeus apelaram claramente a uma mudança no sistema de governação europeia e considera que os resultados da Conferência sobre o Futuro da Europa exigem uma reforma ambiciosa do funcionamento da UE de molde a fazer face aos desafios que se avizinham;
43. a este respeito, apoia o pedido do Parlamento Europeu no sentido de convocar uma convenção com vista a lançar o processo de revisão dos Tratados (artigo 48.º do Tratado da União Europeia) e salienta que uma futura convenção deve associar plenamente o CR e os seus membros;
44. considera que, entretanto, se devem maximizar as atuais disposições do Tratado para assegurar ativamente uma maior transparência e responsabilização no processo de decisão da UE, incluindo colocando uma maior ênfase na subsidiariedade, na governação a vários níveis e no papel do CR; entende, a este respeito, que se afigura indispensável rever no próximo ciclo político o Acordo Interinstitucional sobre Legislar Melhor;

45. reitera que a Conferência sobre o Futuro da Europa apelou para o reforço do papel do CR na arquitetura institucional no que diz respeito a questões com impacto territorial. A revisão dos seus acordos de cooperação com a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu abre a possibilidade de realizar progressos a esse respeito, nomeadamente no que toca à participação sistemática do CR em iniciativas essenciais com dimensão territorial ao longo do respetivo ciclo político, da fase pré-legislativa e legislativa à fase de execução e revisão;
46. saúda o trabalho pioneiro em matéria de igualdade de género que a Comissão Europeia realizou ao longo do mandato em curso e reitera o seu empenho nos dossiês pertinentes; reafirma que está empenhado em promover a igualdade de género na sua composição e na sua atividade, em apoiar a capacitação das mulheres nas eleições locais e regionais e em combater a discriminação, a violência e os obstáculos que as mulheres ainda enfrentam em todos os aspetos da vida; reitera que os municípios e as regiões podem elaborar e executar quadros, políticas e medidas abrangentes que tenham em conta as questões de género para combater a violência de género;
47. encarrega o seu presidente de transmitir o Relatório anual da UE de 2023 sobre o estado das regiões e dos municípios e a presente resolução aos presidentes do Parlamento Europeu, da Comissão Europeia e do Conselho Europeu, bem como aos chefes de Estado ou de Governo dos 27 Estados-Membros da UE, e insta os representantes eleitos a nível regional e local na Europa a divulgarem o relatório junto dos cidadãos e dos meios de comunicação social locais e regionais.

Bruxelas, 11 de outubro de 2023

O Presidente do
Comité das Regiões Europeu

Vasco Alves Cordeiro
